

ARTIGO | *PAPER*

LAVRAS DO ABADE “REBORN”: ESTUDO ECOARQUEOLÓGICO DE UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL DO MEIO

LAVRAS DO ABADE “REBORN”: AN ECOARCHAEOLOGICAL STUDY OF A SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICT IN BRAZIL

Diogo Menezes Costa ^a

^a Docente de Arqueologia na FACS/PPGA/FACORE/PPGPATRI da Universidade Federal do Pará – UFPA, email: dmcosta@ufpa.br

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo ecoarqueológico do conflito de 1887 em Lavras do Abade, antiga vila mineradora em Goiás, Brasil. Além das narrativas locais de poluição fluvial, a pesquisa revela uma complexa interação de disparidades econômicas, disputas políticas e questões socioambientais. O estudo adota uma abordagem multidisciplinar, integrando arqueologia histórica, documentação, história oral e estudos ambientais, e enfatiza o uso de tecnologias digitais (3D e simulações) para o “renascimento” das materialidades da violência e resistência. A análise aprofunda o papel da arqueologia na revelação de narrativas silenciadas e na promoção da justiça social, posicionando Lavras do Abade como um caso paradigmático de conflito socioambiental com implicações duradouras para o patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Arqueologia do Conflito; Conflito Socioambiental; Lavras do Abade; Patrimônio Cultural; Memória.

ABSTRACT

This article presents an ecoarchaeological study of the 1887 conflict in Lavras do Abade, a former mining village in Goiás, Brazil. Beyond local narratives attributing its destruction solely to river pollution, the research reveals a complex interplay of economic disparities, political disputes, and socio-environmental issues. The study employs a multidisciplinary approach, integrating historical archaeology, documented history, oral accounts, and environmental studies. It highlights the use of digital technologies (3D and simulations) to understand the materialities of violence and resistance, and the critical role of archaeology in uncovering silenced narratives and promoting social justice. The analysis of the conflict, marked by the village's destruction and aggressors' impunity, positions Lavras do Abade as a paradigmatic case of a socio-environmental dispute with lasting cultural heritage implications.

KEYWORDS

Conflict Archaeology; Socio-environmental Conflict; Lavras do Abade; Cultural Heritage; Memory.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

COSTA, Diogo Menezes. LAVRAS DO ABADE “REBORN”: ESTUDO ECOARQUEOLÓGICO DE UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL do MEIO. Cadernos do Lepaarq, v. XXII, n. 44, p. 112 - 135, Jul-Dec, 2025.

Introdução: O Sítio e o Conflito como Objeto de Estudo Traumático no Coração do Brasil

As Lavras do Abade emergem na paisagem do Centro-Oeste brasileiro como um sítio arqueológico histórico de mineração, testemunha de um passado complexo e violento. Localizada na Serra dos Pirineus, perto de Brasília (Imagem 1), esta antiga vila de mineração do final do século XIX foi palco de um evento central e trágico: o assalto e a destruição em 1887 pelo arraial vizinho de Meia Ponte, atual Pirenópolis. Este conflito violento marcou o fim abrupto da vila, cujas narrativas locais atribuem a destruição à poluição das águas do Rio das Almas pela mineração. No entanto, investigações aprofundadas (COSTA, 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2024) revelam que o conflito foi resultado de múltiplas tensões, incluindo disparidades econômicas, disputas políticas e, de fato, um conflito socioambiental pioneiro ligado à contaminação do Rio das Almas. O estudo deste sítio reveste-se de grande relevância, especialmente no contexto de locais históricos marcados por violência e traumas. A arqueologia, em conjunto com disciplinas correlatas, possui o potencial de descortinar narrativas esquecidas e oferecer novas perspectivas sobre eventos traumáticos silenciados pela historiografia oficial (PORTELLI, 1997; THOMPSON, 2002, HALBWACHS, 1990; CONNERTON, 1989; WINTER, 2006; RICOEUR, 2004).



Imagem 1: localização do sítio ecoarqueológico histórico (COSTA, 2010).

O trabalho se insere no campo da Arqueologia do Conflito (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; FUNARI, ZARANKIN E REIS, 2008; LINO, 2011; LINO e FUNARI, 2013; LINO e SYMONDS, 2021; SANTANA

e NASCIMENTO, 2021; LEMOS, COSTA E ZARANKIN, 2022; LINO, 2022; CORREIA, 2023), definida como um estudo dinâmico da violência humana em suas diversas manifestações, desde o passado remoto ao contemporâneo. Essa abordagem busca desvendar causas multifacetadas, dinâmicas complexas e consequências duradouras da violência, contrastando com narrativas hegemônicas e dando voz a grupos silenciados. A Arqueologia Histórica, que abraça o contemporâneo e o conflito, é apresentada como uma disciplina que se tornou intrinsecamente mais política e socialmente engajada. Para compreender a complexidade deste evento e seu legado duradouro, este trabalho adota uma abordagem multidisciplinar, integrando arqueologia, história documental, história oral e estudos ambientais (COSTA, 2010). Esta perspectiva multifacetada é essencial para desvendar as camadas de significado presentes no sítio das Lavras do Abade. A estrutura deste artigo explorará o "Ontem", detalhando o conflito e o assalto de 1887; o "Hoje", focando na pesquisa e nas diversas fontes utilizadas para reconstruir este passado (COSTA, 2011; 2012; 2013; 2014; 2015); e o "Amanhã", analisando o legado traumático e ambiental deixado por este episódio, através da inovação de simulações computacionais para a arqueologia (COSTA, 2024).

O “Ontem”: A Escala do Conflito e o Assalto de 1887

O estudo das Lavras do Abade representa um caso paradigmático na arqueologia do conflito, destacando a complexidade das interações socioambientais e o uso inovador de metodologias multidisciplinares e tecnologias digitais. Lavras do Abade foi uma vila mineradora brasileira do século XIX, situada no Centro-Oeste do país. Em 1887, a vila foi palco de um conflito que durou três dias e duas noites, sendo atacada por sua vizinha, Meia Ponte (atual cidade de Pirenópolis). As narrativas locais sugerem que a destruição da vila mineradora foi motivada pela poluição do Rio das Almas, que nasce na Serra dos Pirineus-GO. Este evento é considerado um exemplo singular na história da poluição humana no Brasil central, pois o legado do conflito transcende o passado imediato, com o impacto ambiental e a memória do evento ainda visíveis na paisagem moderna. O conflito nas Lavras do Abade é interpretado como um choque econômico e uma luta política, resultante de um nascente movimento ecossocial. A vila representa um exemplo único de um enclave industrial inserido em uma economia rural durante o período imperial brasileiro, caracterizado por um empreendedor estrangeiro e um modelo capitalista que geraram transformações estruturais significativas na região e no país.

O estudo eco-histórico-arqueológico das Lavras do Abade fundamenta-se em uma estrutura teórica que integra a perspectiva da ecologia histórica na prática da arqueologia histórica. Esta abordagem considera fatores relacionados à construção da memória coletiva, cultural e social, bem como a história da implementação de uma indústria capitalista no contexto imperial brasileiro. A inclusão de uma abordagem ecológica completa na arqueologia histórica é inovadora, uma vez que a maioria dos trabalhos arqueológicos com temas ambientais tem se limitado a estudos pré-históricos. No entanto, as maiores mudanças ambientais globais ocorreram nos últimos 300 anos, desde o início da industrialização, tornando a investigação das modificações

ambientais em períodos históricos um campo de pesquisa rico e necessário. O sítio possui grande interesse antropológico, pois detém valores de memória coletiva, cultural e social para as comunidades vizinhas, funcionando como um lugar de lembrança e esquecimento. Esse fenômeno oferece compreensões importantes sobre como as manifestações culturais relativas à natureza são construídas e apropriadas por certos grupos na cidade de Pirenópolis.

Portanto, no final do século XIX, a vila das Lavras do Abade configurava-se como um "enclave capitalista e industrial" em meio a uma economia regional predominantemente rural. Este empreendimento, liderado pelo francês Alfredo Arena, introduziu transformações significativas na paisagem e nas dinâmicas sociais da região, gerando crescentes tensões com o arraial vizinho de Meia Ponte. A questão da poluição da água do Rio das Almas, vital para ambas as comunidades, emergiu como o estopim aparente do conflito, mas estava intrinsecamente ligada a disputas econômicas e políticas subjacentes.

A escalada do conflito iniciou-se com ameaças verbais, direcionadas a indivíduos específicos ligados à mineração, como Affonso Leonardo Milliet e Perpétua Avelino, ilustrando a natureza pessoal e social da hostilidade. A recusa de Alfredo Arena em atender às demandas da comunidade de Meia Ponte e sua postura considerada desdenhosa exacerbaram ainda mais a situação. O clímax desta tensão ocorreu com o assalto à vila das Lavras do Abade, iniciado em 22 de março de 1887 e que se estendeu por duas noites e três dias consecutivos. Um grupo de aproximadamente 20 a 27 jovens cavaleiros mascarados e armados, provenientes de Meia Ponte e Corumbá de Goiás, invadiu a vila. As ações violentas do bando incluíram a expulsão dos moradores, a invasão e a destruição forçada de propriedades, como a loja, farmácia, armazém e a residência de Arena. Ocorreu também o saque e o roubo de bens, com a intensidade da violência evidenciada pela quebra de móveis a machadadas e a destruição do arsenal de armas de fogo da vila. Este evento pode ser caracterizado como o clímax de um conflito civil ou guerrilha. É crucial salientar que esta reconstrução do evento se baseia na investigação de documentos históricos primários¹, que revelam o discurso dos vencidos – a perspectiva dos funcionários e do proprietário das Lavras do Abade –, uma visão frequentemente negligenciada pela historiografia oficial (Imagem 2).

¹ Arquivo Nacional – Boullier – Serie Agricultura – Produção Mineral – Companhia de Mineração Goyana: Reclamação para Indemnização – 8R – IA5 – N. 08 – CODES – 1887.



Imagem 2: Relatório da CGM (Costa, 2007)

Este evento não foi um ato isolado ou espontâneo, mas sim o ponto culminante de tensões pré-existentes na região do Centro-Oeste brasileiro. As fontes revelam que o ataque foi um empreendimento previamente planejado e, até mesmo, anunciado, refletindo um conflito socioambiental intrinsecamente ligado a disparidades econômicas e disputas políticas entre a vila mineradora e o arraial vizinho de Meia Ponte. O grupo que deflagrou o assalto era composto por indivíduos com ligações à oligarquia rural local, incluindo ruralistas e por seus mandados, como peões, escravizados e libertos, além da participação de policiais e militares. Essa composição sugere uma estrutura de subordinação e um apoio significativo das elites locais. A insatisfação popular, especialmente das lavadeiras de Meia Ponte impactadas pela poluição do Rio das Almas causada pela mineração, somou-se às disputas de poder e controle dos recursos, transformando o cenário em um exercício de desobediência civil.

Desta forma, os detalhes específicos das ações de destruição no primeiro dia do assalto (como a abertura de portões, a invasão de edifícios, o ataque ao *bicame* ou a extensão dos incêndios) estão minuciosamente descritos nos excertos consultados. A documentação histórica, especialmente um volume encontrado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, contém relatos detalhados e testemunhos que permitiram a reconstrução do ocorrido, incluindo o ponto de vista daqueles que sofreram o ataque. Este material revela o intrínseco jogo político e econômico presente em todas as ações humanas e os pormenores desdobramentos do plano, demonstrando que o início do assalto em 22 de março de 1887, por volta das 6h30min, foi um evento complexo e multifacetado.



Imagem 3: O espólio do conflito (CGM, 1887)

O objetivo declarado era destruir e roubar mais de 40 armas de fogo que compunham um arsenal com 23 rifles, 20 espingardas/clavinetes e um revólver (imagem 3). Os assaltantes invadiram a casa usando machados para abrir as portas (tanto a da frente quanto a dos fundos). Dentro, eles destruíram as janelas de vidro, as portas internas e todos os demais cômodos da casa (Imagem 4). O cão de guarda da casa foi morto. Apesar da ausência providencial de Alfredo Arena (que estava no Rio de Janeiro), a casa não estava vazia. Havia cinco mulheres e um homem dentro. O mineiro presente tentou resistir, chegando a esfaquear um dos assaltantes no braço, mas foi desarmado e subjugado. As mulheres tentaram escapar. Uma delas foi capturada no jardim após escapar por uma janela, sendo agredida antes que um ex-escravo/ex-mineiro (e agora assaltante) interviesse. Outra mulher que escapou questionou um assaltante, que confessou estar ali por ordem de seu mestre para evitar punição, revelando um aspecto de subordinação dentro do grupo atacante. Um assaltante dentro da casa gritou que só precisavam roubar as armas e que estavam agindo por ordem da lei, uma declaração que ressalta a contradição entre o ato criminoso (roubo) e a tentativa de legitimá-lo.



Imagem 4: Casa da Gerência (CGM, 1887)

Paralelamente ao ataque à casa da gerência, o segundo grupo dos assaltantes se dirigiu à casa de um empregado para encontrar as ferramentas pesadas necessárias para demolir o *bicame* e outras estruturas da mina. Eles arrombaram o barracão de ferramentas e o refeitório com machados (Imagem 5); usaram alavancas para derrubar a estrutura de madeira que sustentava o *bicame* e arrancar peças metálicas do maquinário de desmonte hidráulico e serraria (Imagem 6). Por volta das 10h da manhã, os assaltantes deixaram a vila aos tiros e gritos, chegando à igreja do Bonfim em Meia Ponte. Alguns mineiros que estavam longe (coletando madeira) não testemunharam o ataque, pensando que os tiros e gritos eram uma comemoração pelo retorno de Arena. Outros que conseguiram escapar observaram a destruição das Lavras do Abade à distância. As ações de destruição e roubo no primeiro dia visavam desmantelar tanto o poder econômico e militar da mina (armas, maquinário) quanto a infraestrutura essencial para sua operação (o *bicame* e represas, atacados nos dias seguintes).



Imagem 5: Refeitório destruído (CGM, 1887)

Na manhã do dia 23 de março de 1887, alguns dos assaltantes retornaram à Serra dos Pirineus com o objetivo de destruir as represas da mina. Para chegar à área das represas, eles atravessaram a vila novamente e destruíram o portão de acesso que dava para a vila de Corumbá de Goiás, utilizando golpes de machado. O foco principal da destruição neste dia foi a infraestrutura hídrica essencial para a operação da mina, que utilizava o sistema de desmonte hidráulico. Na represa do Rio das Almas, os assaltantes cortaram dois pilares de madeira que sustentavam a terra da represa e destruíram suas fundações. Os portões de controle da represa, utilizados para a entrada e saída de água, também foram danificados com alavancas, e partes dos aquedutos de pedra foram demolidas. Paralelamente ao ataque às represas, na vila, dois assaltantes utilizaram um carro de boi para roubar três barris de pólvora e, após o roubo, molharam toda a pólvora restante no paiol. As fontes também mencionam que, na mesma manhã do dia 23, o ferreiro tentou chamar o interino da companhia que morava na capital, Vila Boa, mas foi impedido pela cheia do Rio Corumbá. Quando ele retornou à vila junto com outros mineiros, eles decidiram abandonar as Lavras do Abade e pedir asilo em uma fazenda próxima.



Imagem 6: Serraria destruída (CGM, 1887)

Os eventos do segundo dia de ataque não se limitaram à área da mina. As fontes registram que na tarde do dia 23 de março, no arraial de Meia Ponte, um dos assaltantes que havia roubado dinamite no dia anterior resolveu utilizá-la. Ele guardou uma como *souvenir*, vendeu a segunda, e atirou a terceira dinamite na frente da casa de um vizinho que se recusou a participar do assalto à mina. Outros moradores de Meia Ponte que não participaram também sofreram punições similares, tendo os vidros de suas janelas quebrados a tiro. Em consequência desses atos, alguns moradores de Meia Ponte buscaram refúgio no arraial vizinho de Corumbá de Goiás.

No contexto mais amplo do Assalto, a destruição da represa no segundo dia foi um ato crucial para desmantelar a operação da mina. O desmonte hidráulico dependia da água e pressão fornecidas pelas represas e aquedutos, e atacar essa infraestrutura diretamente visava paralisar a mineração. Isso se conecta às causas subjacentes do conflito, que incluíam a poluição da água

do Rio das Almas causada pela mineração, um dos principais argumentos para o ataque. A destruição da represa e aquedutos, que canalizavam a água do Rio das Almas, pode ser vista como uma resposta direta a essa poluição e uma forma de impedir que a mina continuasse a operar e poluir.

Na manhã de 24 de março de 1887, os assaltantes apareceram novamente na vila das Lavras do Abade. Desta vez, eles fizeram uma espécie de parada ao longo da rua principal da vila. As ações principais neste dia focaram nos elementos remanescentes da mina e nos pertences dos mineiros. Eles puseram fogo no restante do complexo da serraria e moinho. Isso indica que parte deste complexo já havia sido danificado ou incendiado anteriormente, o que é corroborado pelas fontes que mencionam que o fogo atingiu o complexo da serraria e moinho no primeiro dia. Além disso, eles roubaram os pertences dos mineiros e os equipamentos da mina. Este ataque final contou com a participação de 35 a 40 homens, sendo liderado pelo sargento de Meia Ponte. A presença de policiais e militares no grupo atacante é mencionada nas fontes como mais um indicativo de que este não foi um evento aleatório, mas sim um empreendimento previamente planejado e anunciado, com apoio de membros da ordem legal local.

As fontes descrevem que a resistência dos mineiros remanescentes foi quase nula. A maioria foi subjugada nos primeiros minutos do ataque, sendo desarmados pela força ou simplesmente pelos gritos dos assaltantes. Relatos de testemunhas incluem mineiros que se esconderam nas grutas do entorno, a mulher do carpinteiro levando um tapa por tentar proteger a casa da gerência, e o carpinteiro sendo cercado, ameaçado e espancado. A agressão ao carpinteiro foi interrompida por um antigo amigo que fazia parte do grupo assaltante, e quando o carpinteiro questionou a sanha de roubar e destruir, a resposta foi o silêncio, enquanto a destruição continuava mais selvagem do que anteriormente. No contexto mais amplo do Assalto, o terceiro dia marca a culminação do ataque. As ações de incêndio do restante da serraria/moinho e o roubo final de pertences e equipamentos garantiram que a mina fosse completamente incapacitada e despojada. A descrição da violência neste dia como mais selvagem pode indicar uma intensificação da fúria dos assaltantes ou, talvez, uma menor preocupação em conter-se agora que a resistência era mínima e o objetivo de destruição estava quase completo.

O resultado deste último dia foi o completo abandono e saque da vila. O dono, Alfredo Arena, que já estava fora da vila durante o ataque, nunca mais retornou às Lavras do Abade. A mina ficou em ruínas, e o maquinário foi posteriormente levado. Este desfecho sela a vitória do grupo de Meia Ponte e Corumbá de Goiás sobre o enclave industrial das Lavras do Abade, resolvendo (de forma violenta) o conflito socioambiental e as disputas econômicas e políticas que motivaram o assalto. As fontes indicam que, após o último ataque, mais nada de valor havia sido deixado no local e a vila foi completamente saqueada e abandonada. A ausência quase total de cultura material no período subsequente ao ataque, observada arqueologicamente, também confirma o saque e abandono do sítio. Além do resultado físico da destruição e abandono, as fontes destacam um importante resultado judicial: após inúmeras batalhas jurídicas, os assaltantes foram inocentados. Este evento pode ser visto, portanto, como um ato de coronelismo perpetua-

do pela oligarquia agropastoril de Meia Ponte contra as atividades empreendedoras do capital estrangeiro, aproveitando a ausência do poder central.

O “Hoje”: As Fontes, a Pesquisa e a Materialidade Arqueológica do Passado Recente

O estudo presente sobre as Lavras do Abade busca trazer à tona as narrativas esquecidas e as realidades negligenciadas deste conflito, oferecendo uma compreensão mais nuançada dos eventos. Para tal, uma integração de diversas fontes e metodologias foram empregadas. O sítio arqueológico histórico das Lavras do Abade constitui, em si, um monumento e um testemunho material de um conflito. A arqueologia distingue-se da história tradicional ao transformar todo o espaço em documento, estabelecendo regras para sua leitura. Nesse sentido, o sítio e a cultura material encontrada funcionam como documentos e parte do teatro da memória. As investigações arqueológicas no local, que incluíram levantamentos e escavações ao longo de quase dez anos de trabalho, revelaram uma grande variedade de vestígios materiais. Estes podem ser classificados em dois grupos principais: vestígios móveis e vestígios imóveis (Imagem 7).

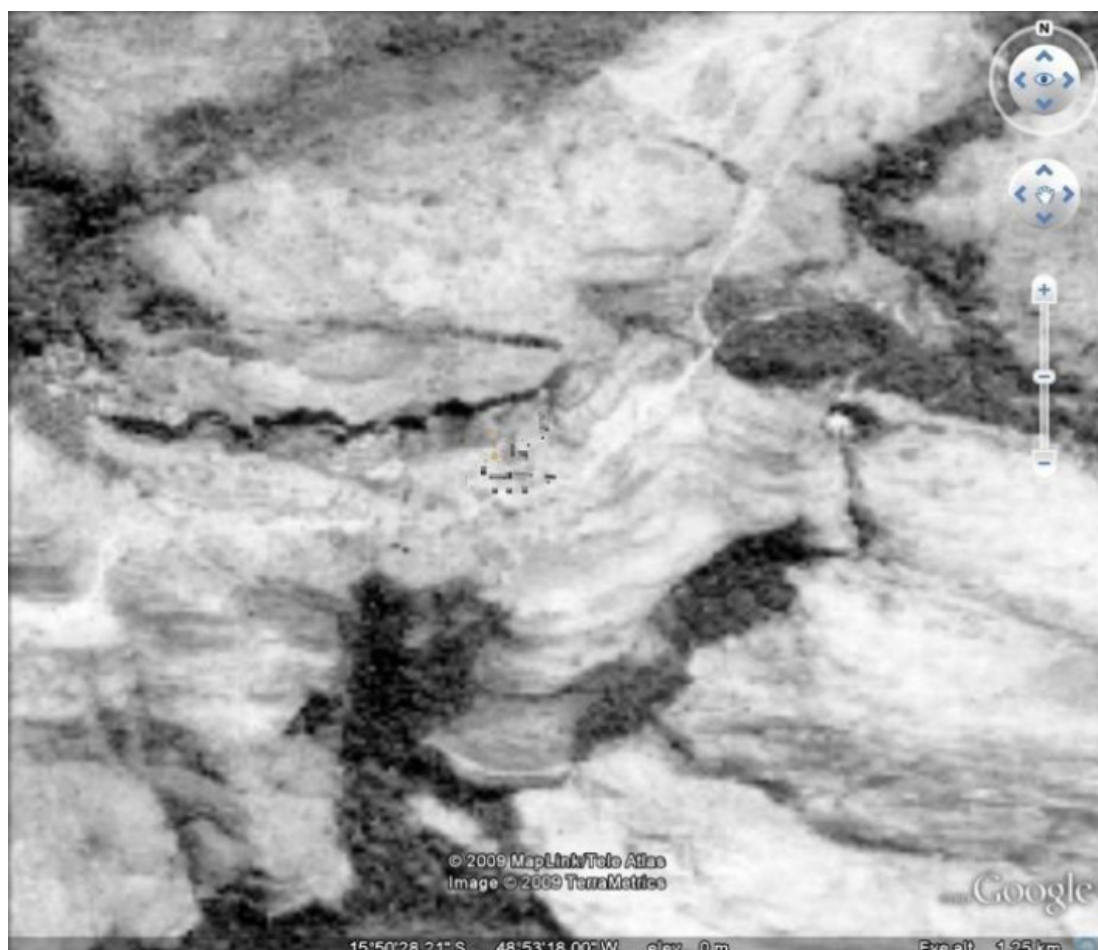


Imagem 7: Área do sítio ecoarqueológico (Costa, 2010)

Vestígios móveis são formados por objetos de uso cotidiano encontrados em diversas esferas da vida dos habitantes, como cozinha, higiene, trabalho, lazer etc. Esses objetos são se-

parados segundo sua categoria material, como louça, vidro e metal. A análise desses artefatos informa sobre o processo de confecção e utilização das peças, permitindo indicações sobre cronologia, procedência e determinação do uso e descarte dos objetos em seu contexto. No caso específico das Lavras do Abade, a análise de louças, vidros e metais foi realizada (COSTA, 2010). Por exemplo, cravos de metal com cabeça quadrada, produzidos por tecnologia de chapa cortada do primeiro quartel do século XIX, e vidro plano de janelas com média de 02 mm, datado entre 1835 e 1881, foram encontrados, principalmente na casa da gerência (Imagem 4). Os vestígios móveis, como objetos de uso cotidiano, são considerados fontes mais concretas das relações sociais e contêm elementos do cotidiano e do vivido dos grupos sociais.

Vestígios imóveis incluem micro, semi-micro e macroestruturas como depósitos de lixo, a área de mineração e o conjunto arquitetônico. Unidades construtivas como as áreas habitacional, comercial e produtiva também se encaixam nesta categoria. Além disso, as modificações realizadas na paisagem, como estradas e regos d'água, são consideradas vestígios imóveis. Em sítios de mineração históricos, construções, maquinaria e mudanças na paisagem frequentemente aparecem em escalas monumentais. Esses elementos arqueológicos devem ser estudados tanto separadamente, quanto às suas propriedades físicas, geométricas e semiológicas, quanto em conjunto, pois se complementam formando uma rede de relações. Através da pesquisa, é possível apreender informações sobre o cotidiano dos moradores. A análise estratigráfica e a interpretação espacial dos vestígios e estruturas são fundamentais. Por exemplo, na casa da gerência, encontrou-se relativa preservação do pacote arqueológico, com vestígios construtivos, louças e vidros, alguns *in situ*. A loja e o depósito apresentaram estratigrafia mais perturbada, com material fragmentado, sugerindo atividades posteriores à destruição do refeitório (Imagem 5). A área da serraria e do moinho teve poucos vestígios encontrados (Imagem 6).

As investigações revelaram evidências diretas da violência, destruição e saque ocorridos durante o conflito de 1887. Uma camada arqueológica relacionada diretamente com a fase do ataque pôde ser identificada pela análise da matriz Harris nos perfis estratigráficos e pela correlação dos vestígios com a datação do material. A ausência de ferramentas na serraria e no moinho pode ser associada ao saque e abandono do sítio. As fotos do pedido de indenização da Companhia de Mineração Goyana mostram a destruição ocorrida na casa da gerência (Imagem 4) e o vandalismo realizado no refeitório (Imagem 5). A quase ausência de cultura material no período subsequente ao ataque também reforça a ideia de saque e abandono. Os atacantes roubaram dinamite, pavios e pólvora do paiol, e danificaram os portões de controle das represas e partes dos aquedutos de pedra.

Além de investigar o cotidiano e a violência, a cultura material também serve como evidência física da apropriação e reutilização por parte da comunidade vizinha. Elementos construtivos e de maquinário saqueados das Lavras do Abade foram reutilizados em Pirenópolis. Um exemplo significativo foi a descoberta de canos de metal, parte do maquinário de desmonte hidráulico da mina, sendo usados pela população de Meia Ponte como chaminés em suas residências após o saque. Moedas utilizadas na vila das Lavras do Abade para pagamento dos mineiros também

foram encontradas em coleções privadas em Pirenópolis, sendo outro testemunho material do evento e da apropriação. A remoção desses objetos do sítio e sua manutenção na cidade demonstram como a memória material pode se tornar um fato presente na formação das lembranças passadas dessa sociedade (COSTA, 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015).

O estudo arqueológico dos vestígios materiais possibilita a reconstrução de um passado inconsciente que muitas vezes se manifesta nas pequenas coisas esquecidas do dia a dia, servindo como uma enorme fonte de informação sobre práticas condicionadas, mas muitas vezes perdidas em memórias coletivas, culturais ou sociais. Diferentemente dos documentos escritos, que relatam o testemunho de quem queria ser lido, a arqueologia dos vestígios fala do cotidiano quase propositalmente escondido. Os achados arqueológicos são discutidos conforme sua relação ou não com as informações preditas pela arqueologia da mineração e do conflito. A cultura material pode revelar a ordem social implícita nas edificações e como seus significados variam. No caso das Lavras do Abade, o planejamento urbano da vila, com a centralidade da casa da gerência e a segmentação do espaço, sugere uma lógica capitalista e industrial que diferia da realidade regional rural e colonial, impondo uma disciplina moderna. A grande variedade de categorias materiais recuperadas demonstra as características particulares dos depósitos de sítios históricos como somatório e cristalização de valores significativos para a pesquisa social. A cultura material assume o papel de registro de práticas sociais, sendo produto do seu meio e propagador dos ideários que a construíram. Embora careça de significado por si mesma, a cultura material adquire dimensão ativa dentro de um sistema cultural determinado. Cabe ao arqueólogo recuperar seu significado histórico e social, pois o objeto é um meio de troca de conhecimento que utiliza das construções da memória coletiva.

A pesquisa arqueológica nas Lavras do Abade incluiu o uso de tecnologias como o escaneamento 3D para digitalização das estruturas edificadas, o que permitiu a criação de um modelo virtual da vila (Imagem 7 – em detalhe no centro). Este modelo foi utilizado no planejamento das intervenções e na formulação de hipóteses (COSTA, 2024). A análise laboratorial dos artefatos também foi fundamental para a interpretação. Em suma, os vestígios arqueológicos nas Lavras do Abade funcionam não apenas como registro de um empreendimento minerador, mas como um depositário transdisciplinar de vestígios materiais que servem como mecanismo de memória sobre um conflito socioambiental único, causado por tensões políticas e disputas econômicas. Eles oferecem uma perspectiva material que complementa e, por vezes, contrasta com as narrativas documentais e orais, revelando aspectos do passado que, de outra forma, permaneceriam escondidos ou mascarados.

A pesquisa em arquivos, como o Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, constituiu uma das quatro fontes primárias de informação utilizadas no estudo sobre as Lavras do Abade, complementando a investigação dos vestígios arqueológicos, o estudo da poluição por metais pesados, e a interpretação de entrevistas orais (COSTA, 2010). A busca por documentos sobre a mineração no final do Império no Arquivo Nacional revelou um volume específico sobre o evento das Lavras do Abade, que se tornou uma fonte primária de informação histórica fundamental para desven-

dar detalhes que não haviam sido encontrados na pesquisa bibliográfica prévia (COSTA, 2003). Este volume surrado, esquecido em um fundo de documentos do antigo ministério da agricultura e mineração, continha mais de 300 páginas de documentos corporativos, cartas, ofícios, matérias em jornais, imagens (fotos dos prejuízos) e testemunhos dos funcionários sobre o conflito. Havia também listas e inventários que ajudavam a dimensionar o fato e apresentavam o argumento da Companhia de Mineração Goyana (CMG) de que deveria ser ressarcida pelo governo.

Esses registros documentais detalham os eventos do conflito e, crucialmente, dão voz ao discurso dos vencidos, revelando o ponto de vista daqueles que sofreram o ataque, como funcionários e o próprio proprietário da mina, Alfredo Arena, cuja carta de próprio punho detalhando sua história e argumento também foi encontrada. Os depoimentos detalhados das testemunhas que vivenciaram o evento, por exemplo, fornecem um detalhamento detetivesco do ocorrido. O volume encontrado é descrito como um belo registro de como e quantas vezes a própria história pode ser reescrita (Imagem 2). Além de descrever o ataque, os documentos revelam o intrínseco jogo político e econômico presente nas ações humanas. Eles evidenciam incidentes anteriores que acirraram os ânimos, como a disputa envolvendo um empregado da vila e um guarda de Meia Ponte, e a postura de Arena em não entregar o indivíduo à justiça local. Também documentam a poluição crônica do Rio das Almas, motivo central do conflito, e as várias tentativas de acordo entre o arraial e a vila, registradas em documentos oficiais, que acabaram sem resultado efetivo. Contudo, os documentos também podem apresentar dados conflitantes, como aqueles sobre o auge da produção da mina em 1887.

Os documentos escritos atuam como uma fonte de informação que complementa e, por vezes, contrapõe-se aos dados materiais e orais, enriquecendo a análise. Enquanto os documentos relatam o testemunho de quem queria ser lido, a arqueologia dos vestígios fala do cotidiano quase propositalmente escondido. As fontes documentais podem apresentar informações adicionais ao sítio, proveem informação que não está disponível em outras fontes, e são de enorme valor tanto para completar ou orientar a pesquisa quanto para servir de contraponto e validar o estudo. Além das fontes primárias, o estudo também se baseou em fontes secundárias, como historiografia, artigos, reportagens, crônicas e contos, embora a pesquisa no Arquivo Nacional tenha sido crucial justamente por revelar detalhes não tratados na historiografia oficial ou nas narrativas locais como lenda. O estudo das narrativas do conflito através de documentos primários e secundários busca revelar esses aspectos. A análise desses referenciais externos, sejam primários (produzidos durante o ocorrido) ou secundários (produzidos após o ocorrido), é estudada separadamente para agregar informações como cronologia, espacialidade e funcionalidade aos dados intrínsecos do sítio arqueológico.

A interpretação de entrevistas realizadas com os residentes idosos do antigo arraial de Meia Ponte, hoje cidade de Pirenópolis, constituiu uma das quatro fontes primárias de informação utilizadas no estudo sobre as Lavras do Abade, complementando a pesquisa documental, a investigação arqueológica dos vestígios e o estudo da poluição por metais pesados (COSTA, 2010). Essas entrevistas foram conduzidas durante o período de 4 a 8 de agosto de 2008, na cidade de Pirenó-

polis. De nove possíveis informantes identificados, cinco descendentes de Meia Ponte foram efetivamente entrevistados. No contexto destas entrevistas, foi fundamental distinguir entre história oral e tradição oral (Portelli 1997; Thompson 2002). A história oral refere-se ao depoimento de um informante que participou pessoalmente de um evento, seja como protagonista ou espectador. Já a tradição oral diz respeito a uma história perpetuada por gerações, à qual o informante teve acesso principalmente através da memória cultural. No caso específico do conflito das Lavras do Abade, as falas coletadas são em grande parte constituídas por tradições orais, transmitidas até os informantes por apenas uma geração (ou seja, pelos próprios participantes ou testemunhas do ocorrido). No entanto, a história oral também está presente através das opiniões e julgamentos de valor dos entrevistados. A idade média dos entrevistados (85 anos) indica que eles nasceram cerca de 36 anos após o evento (aproximadamente uma geração e meia), tendo acesso ao acontecido através da memória direta de parentes ou similares (COSTA, 2010).

Estas narrativas orais mantêm viva a memória do conflito nas mentes e corpos dos residentes de Pirenópolis. As entrevistas são consideradas testemunhos dos efeitos do passado no tempo contemporâneo. Elas revelam percepções sobre a herança do conflito na memória social da população, validando a tese das disputas políticas e desigualdades econômicas. As narrativas apresentam similaridades em certos pontos, como a identificação do grupo agressor como jagunços ou máscaras negras a mando da elite local, e a percepção variada da poluição do Rio das Almas (associada à produção para classes baixas, e à saúde/higiene para classes média/alta) (COSTA, 2010). Contudo, as narrativas também revelam sua fragmentação., pois as memórias coletivas se modificam de um grupo para outro conforme contextos políticos, econômicos e sociais. Há uma memória fragmentada com múltiplos tempos, espaços e discursos sobre o passado, representando públicos diversos. As memórias coletivas são influenciadas e conformadas pelos contextos sociais do presente. Os entrevistados tiveram quase três gerações de vida para formular e reformular suas opiniões, construindo suas próprias memórias coletivas sobre o incidente, o que sugere um processo de reconto e reescrita do passado para refletir interesses presentes (Halbwachs 1990; Connerton 1989).

O estudo também aborda o esquecimento seletivo ao longo do tempo (Winter 2006; Ricoeur 2004). O esquecimento do sítio das Lavras do Abade é visto como parte da formação da memória compartilhada e um instrumento na construção de uma memória social sob a ótica do grupo vencedor do conflito. As narrativas orais conectam-se diretamente com manifestações culturais locais e com a memória social da comunidade. As histórias e narrativas sobre as Lavras do Abade são recontadas através de lendas e mitos nas memórias dos residentes e vivenciadas no corpo e gestos dos cidadãos de Pirenópolis em suas festividades (COSTA, 2010). A Festa do Divino Espírito Santo, com destaque para os Mascarados, é um exemplo. Os Mascarados são interpretados como uma manifestação da memória social de Pirenópolis, possivelmente uma memória mascarada do incidente das Lavras do Abade, em que o passado é incorporado e encenado para transmitir a memória cultural. A própria atuação dos Mascarados (anarquia por três dias e duas noites) e sua conexão com o Rio das Almas reforçam essa ligação com o conflito histórico.

As fontes orais, portanto, oferecem um entendimento das memórias coletivas, culturais e sociais, servindo como testemunho de eventos passados na vida contemporânea. Elas permitem observar as ações do passado no presente e entender os impactos das ações humanas. As memórias das Lavras do Abade são descritas como um jogo de lembrar e esquecer, enterrar e desenterrar. A memória se expõe como coletiva (enquanto fragmentada), cultural (enquanto recontada) e social (enquanto esquecida). Embora a história oral possa ser vista como menos confiável para eventos muito antigos, a memória cultural é aprendida, ensinada, mudada e praticada, tornando-se um componente vital para a compreensão do evento (Portelli 1997; Thompson 2002; Halbwachs 1990; Connerton 1989; Winter 2006; Ricoeur 2004).

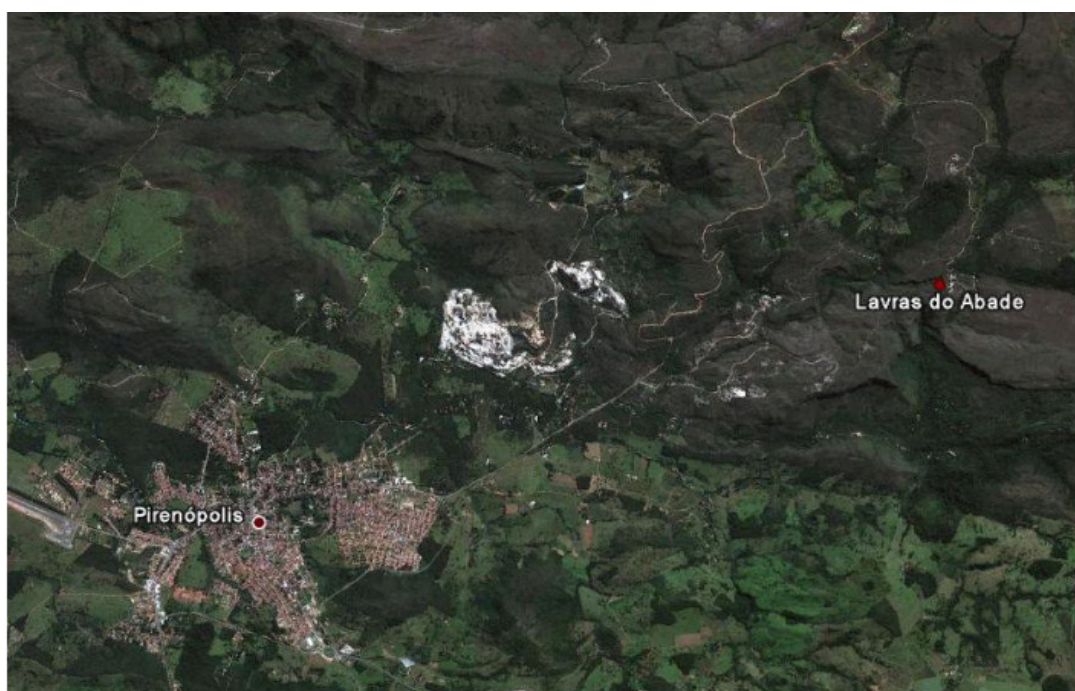


Imagem 8: Estudo ecoarqueológico do rio das Almas (Costa, 2010).

O estudo da presença de metais pesados em amostras de solo provenientes das margens do Rio das Almas constituiu uma das quatro fontes primárias de informação utilizadas na pesquisa sobre as Lavras do Abade, complementando o exame de documentos históricos, a interpretação de entrevistas orais e a investigação dos vestígios arqueológicos (COSTA, 2010). A pesquisa ambiental focou-se na área do Rio das Almas, estendendo-se entre o sítio arqueológico histórico das Lavras do Abade (a montante) e a atual cidade de Pirenópolis (a jusante). O objetivo principal foi identificar elementos da poluição por metais pesados decorrentes da exploração mineral na área (Imagem 8). Para isso, foram selecionados dez pontos de coleta ao longo do curso do Rio das Almas e seus afluentes, de PC-01 a PC-10. Os pontos foram escolhidos próximos ao leito do rio, em locais com bancos de areia e pouca vegetação, propícios para a deposição de solo aluvial. A metodologia de coleta envolveu a escavação de pequenos pontos com colher de pedreiro até aproximadamente 10 cm de profundidade ou a rocha matriz, com as amostras sendo armazenadas e secas (COSTA, 2010).

A análise das amostras de solo foi realizada por um pesquisador da área de solos, utilizando a metodologia de dissolução em ácido e medição do produto em um espectrômetro de absorção atômica para determinar a concentração de metais pesados. Os resultados, calculados em mg/kg, foram comparados com os valores estipulados para poluição de solos no Brasil e datados (Imagem 9). Este estudo insere-se em uma perspectiva de arqueologia eco-histórica ou ecoarqueologia histórica (BUTZER, 1982; CRUMLEY, 1994; REDMAN, 1999; DINCAUZE, 2000). Esta abordagem combina as perspectivas ecológica e arqueológica/histórica para entender as relações entre seres humanos e o ambiente natural ao longo do tempo. Não se trata apenas de estudar as adaptações humanas ou a formação histórica do ambiente, mas sim os vestígios materiais dos impactos ambientais causados pelo homem e suas consequências antrópicas até o presente. A pesquisa ecoarqueológica em sítios como as Lavras do Abade (mineração industrial) é vista como uma forma atual de investigar problemas históricos (poluição ambiental) que afetam diversas sociedades contemporâneas (mudança climática).

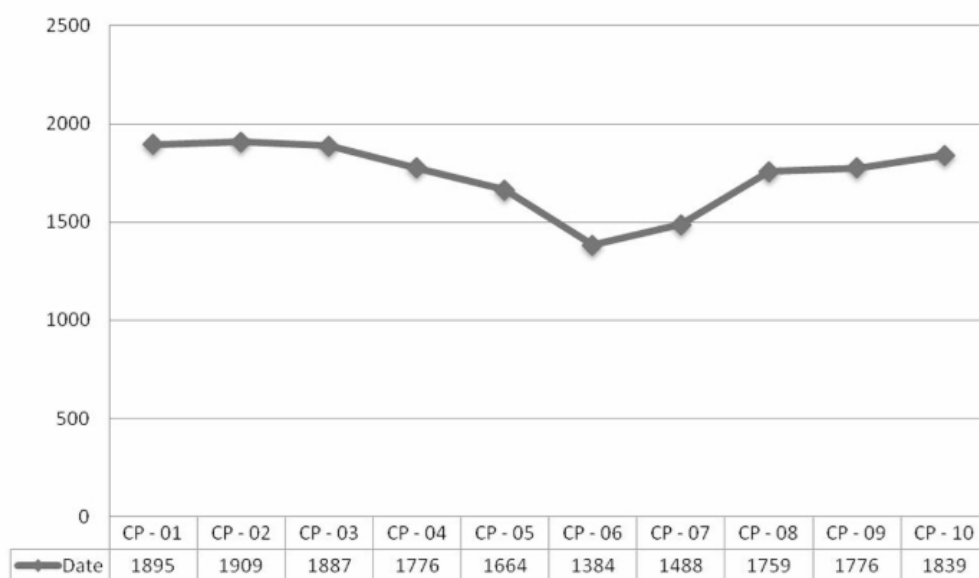


Imagem 9: Datação dos pontos de coleta (COSTA, 2010).

Os achados da pesquisa ambiental, em especial sobre a poluição por metais pesados no Rio das Almas, foram reveladores para o estudo. Eles indicam que o evento ocorrido na Serra dos Pirineus não foi somente um conflito ambiental, mas também o resultado de disparidades econômicas e disputas políticas na região. A poluição mineradora no rio não ocorreu apenas em um determinado tempo e espaço, mas sim ao longo de quase um quarto de milênio e foi conduzida tanto pela comunidade das Lavras do Abade quanto pela sociedade de Meia Ponte. O estudo ambiental desmontou o mito de que a poluição ambiental na época das Lavras do Abade foi a maior, apresentando que Meia Ponte, em sua época de mineração no século XVIII, também causou um impacto ambiental comparável ao do século XIX. A pesquisa inclusive revelou uma fórmula que pode ser usada para datar o impacto por mercúrio na região e prever sua duração. Embora

a poluição do Rio das Almas pela mineração nas Lavras do Abade tenha sido um fato, a pesquisa ambiental, juntamente com as outras fontes, permitiu uma compreensão mais complexa do conflito. Ela forneceu dados intrínsecos ao sítio, complementando ou orientando a pesquisa e servindo como contraponto para validar o estudo. O estudo ecológico e arqueológico histórico nas Lavras do Abade é considerado um exercício de práxis, revelando o jogo implícito em repensar nossa relação contemporânea com a natureza.

A integração dessas diversas fontes e metodologias permite uma compreensão mais rica e complexa do passado traumático das Lavras do Abade e das brechas deixadas no transcorrer do dia-a-dia, revelando aspectos que uma única abordagem não conseguiria capturar. O estudo de Lavras do Abade é um exemplo da necessidade de uma abordagem verdadeiramente multidisciplinar para compreender conflitos complexos. Não se trata apenas de utilizar diferentes tipos de dados, mas de integrá-los de forma coesa para construir uma compreensão holística. A combinação de documentos históricos, tradição oral, arqueologia material e dados ambientais permite desvendar as múltiplas camadas de um conflito que é simultaneamente econômico (enclave capitalista), político (choque de interesses), social (memória coletiva) e ambiental (poluição do rio). Isso significa que a complexidade dos conflitos humanos, especialmente aqueles com raízes históricas profundas e impactos duradouros, exige que os pesquisadores transcendam as fronteiras disciplinares tradicionais, reconhecendo que nenhuma única lente é suficiente para capturar a totalidade da experiência do conflito e de seu legado (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008; FUNARI, ZARANKIN E REIS, 2008; LINO, 2011; LINO e FUNARI, 2013; LINO e SYMONDS, 2021; SANTANA e NASCIMENTO, 2021; LEMOS, COSTA E ZARANKIN, 2022; LINO, 2022; CORREIA, 2023).

O “Amanhã”: Legados do Trauma e a Continuidade da Questão Ambiental

O conflito e a destruição das Lavras do Abade deixaram um legado de trauma e ambiental que reverbera até os dias atuais. A memória do evento na comunidade de Pirenópolis é descrita como um jogo de lembrar e esquecer, enterrar e desenterrar, com aspectos de uma memória enquadrada/envergonhada (HALBWACHS 1990; CONNERTON 1989). A cultura material, como os vestígios da destruição no sítio arqueológico e os objetos saqueados e reutilizados em Pirenópolis, atua como um aspecto físico de recordação, materializando o trauma e a apropriação da memória pelos "vencedores" ou pela comunidade vizinha (COSTA, 2010). Este conflito local pode ser conectado a temas mais amplos da formação da identidade brasileira, marcada por conflitos e guerras, refletindo uma "história cruenta" (WINTER 2006; RICOEUR 2004). O estudo busca, assim, restituir sentido aos testemunhos materiais e promover uma reapropriação destes bens para a construção de uma memória coletiva, possivelmente mais crítica e completa (PORTELLI 1997; THOMPSON 2002). A poluição do Rio das Almas, estopim aparente do conflito, foi um problema de longa duração, persistindo por mais de 250 anos (COSTA, 2010). O estudo da poluição histórica é crucial para a compreensão de problemas ambientais contemporâneos, a gestão de recursos hídricos e se insere no contexto do Antropoceno, a era das mudanças ambientais causadas pelo

homem. O conflito em Lavras do Abade teve uma natureza ecossocial nascente, e a pesquisa eco-histórica ou ecoarqueológica não se limita ao passado, mas representa uma preocupação para com o presente (COSTA, 2011).

A dificuldade em lembrar plenamente o evento traumático pode estar ligada à complexidade da história socioambiental. A própria comunidade de Meia Ponte/Pirenópolis também contribuiu para a poluição ao longo do tempo. Conclui-se que a pesquisa sobre Lavras do Abade possui um impacto social e implicações éticas significativas. Ao dar voz a narrativas suprimidas e iluminar os custos humanos e ambientais do desenvolvimento histórico, o estudo contribui para a justiça histórica e para uma compreensão mais profunda das complexas interações entre sociedade e meio ambiente (BUTZER, 1982; CRUMLEY, 1994; REDMAN, 1999; DINCAUZE, 2000).

O legado de Lavras do Abade transcende o nosso entender atual, com o impacto ambiental e a memória do evento ainda evidentes na paisagem moderna, tornando-o um exemplo único de história de poluição humana no Brasil central. O conflito nas Lavras do Abade foi resultando de um nascente movimento ecossocial no Brasil do século XIX, revelando a interconexão entre fatores sociais, econômicos e ambientais na gênese e desdobramento de conflitos. Evento multifacetado, marcado por trauma, violência e profundas implicações socioambientais. A investigação deste episódio, através da integração de múltiplas fontes – arqueológicas, documentais, orais e ambientais –, demonstra a riqueza e a complexidade de um passado que continua a ressoar no presente. Os legados de trauma e poluição industrial persistem, exigindo uma reflexão crítica sobre as consequências de disputas por recursos e as marcas deixadas pelo conflito e degradação.

O sítio das Lavras do Abade possui um inestimável valor como patrimônio cultural e natural, demandando responsabilidade científica, social, econômica e política em seu gerenciamento e preservação. O estudo deste passado traumático e de suas manifestações materiais e imateriais amplia nossa compreensão sobre a resiliência humana, a formação da memória coletiva e as intrincadas relações entre história e meio ambiente. A continuidade da investigação e valorização de sítios como as Lavras do Abade é fundamental para conectar o passado ao presente e informar o futuro. Especialmente em um contexto contemporâneo marcado por conflitos por recursos naturais e pela urgência de lidar com legados de violência e degradação ambiental, o estudo de Lavras do Abade oferece lições valiosas e um chamado à reflexão e à ação, frente as emergências climáticas do contemporâneo.

Por fim, o Sítio do Abade, cuja relevância ecoa nas discussões contemporâneas sobre sustentabilidade e memória cultural, reafirma-se como um espaço que convida à reflexão crítica sobre o passado e o presente. As pesquisas ecoarqueológicas evidenciam que o sítio não é apenas um repositório de vestígios arqueológicos, mas um campo de disputas que mescla dimensões ambientais, sociais e políticas. Essa atualização do patrimônio demonstra como a reconstrução de narrativas históricas pode inspirar novos caminhos para a preservação cultural. Estudos presentes, revelam que as marcas de conflitos socioambientais – tais como a poluição do Rio das Almas e as disputas pelo controle dos recursos hídricos – continuam a moldar a identidade do local. O Sítio do Abade destaca-se, inclusive, por sua localização estratégica, conectando as prin-

cipais bacias hidrográficas do país (Imagem 1) e funcionando como um ponto de interseção entre passado (mercúrio) e presente (água). Dessa forma, a importância atual do sítio transcende a esfera arqueológica, integrando debates sobre gestão de patrimônio e desafios ambientais. O renovado interesse no Sítio do Abade propicia uma reavaliação dos métodos de conservação e do papel da arqueologia histórica na promoção de uma memória coletiva crítica. A revitalização do espaço contribui para a construção de narrativas que dialogam com os desafios contemporâneos, incentivando práticas sustentáveis e a educação ambiental. Em síntese, a atualidade do Sítio do Abade ilustra como a ecoarqueologia pode se reinventar e se posicionar como instrumento essencial para o desenvolvimento cultural e socioambiental.

O Projeto Arqueológico Artificial das Lavras do Abade (AAASP) e o Uso Inovador de Simulações com Inteligência Artificial na Arqueologia

O Projeto Arqueológico Artificial das Lavras do Abade (AAASP) visa recriar a vila mineradora do século XIX, combinando diversas fontes de dados: laser scanning de ruínas, modelagem 3D, fotografias e documentos históricos, relatos escritos e locais, dados antropológicos (estudos etnográficos e culturais), dados ambientais (impacto da mineração no Rio das Almas) e dados arqueológicos (escavações, levantamentos, análise de artefatos) (COSTA, 2024).

A inovação reside na incorporação de agentes de inteligência artificial para habitar e interagir no ambiente virtual, permitindo aos pesquisadores modelar como decisões individuais e de grupo podem ter repercutido ao longo do tempo. Agentes "criminosos" foram programados com velocidades e comportamentos específicos para refletir a complexidade das ações humanas em um contexto histórico, com o objetivo de simular precisamente o conflito de 1887. Os achados preliminares das simulações indicaram que todos os agentes "vítimas" foram fatalmente agredidos em 30 minutos, o que se alinha com registros históricos que sugerem ataques intermitentes antes da destruição da vila, apesar de o conflito ter durado três dias e duas noites (Imagem 10). O AAASP tem como objetivo ser um repositório aberto, permitindo que outros pesquisadores validem, ajustem variáveis, refinem funções e incorporem novos dados históricos, antropológicos, ambientais e arqueológicos para aprimorar a relevância e precisão da simulação, fomentando a colaboração global.



Imagem 10: Tela do AAASP (COSTA, 2024)

O Projeto Arqueológico Artificial das Lavras do Abade (AAASP) representa um salto metodológico significativo na arqueologia do conflito. Não se trata apenas de uma reconstrução virtual estática, mas de uma simulação dinâmica com inteligência artificial. Ao programar agentes com comportamentos específicos e simular o evento histórico, o projeto transforma o passado em um "laboratório" onde hipóteses sobre as dinâmicas do conflito podem ser testadas, visualizadas e compreendidas de forma interativa. Os achados preliminares, que alinham a simulação com registros históricos, demonstram o potencial de validação e aprofundamento da compreensão histórica. Além disso, a natureza de repositório aberto sugere uma implicação mais ampla: a simulação de conflitos passados pode se tornar uma ferramenta poderosa para a educação pública, para a conscientização sobre as complexidades da violência e, potencialmente, para a modelagem de cenários que informem estratégias de prevenção de conflitos futuros, especialmente aqueles com componentes socioambientais, transformando a arqueologia em uma disciplina com impacto direto no presente e futuro.

Portanto, metodologicamente o estudo das Lavras do Abade integra arqueologia, história documental, história oral e estudos ambientais. É enfatizado o uso de tecnologias digitais como 3D e simulações para registro, documentação, análise e visualização de sítios arqueológicos. A aplicação de simulações com inteligência artificial é vista como uma ferramenta inovadora para recriar o passado, testar hipóteses e tornar a história mais acessível. Em suma, o artigo apresenta um estudo abrangente e multidisciplinar das Lavras do Abade como um caso paradigmático de conflito socioambiental, utilizando a arqueologia para resgatar narrativas silenciadas e contribuir para uma compreensão mais justa do passado, com um forte componente de inovação tecnológica e um olhar para as implicações éticas da pesquisa.

Considerações Finais: Desafios e Perspectivas Futuras da Arqueologia do Conflito

A arqueologia do conflito tem testemunhado avanços notáveis, evoluindo de um foco restrito em campos de batalha para uma abordagem abrangente da violência humana em suas múltiplas manifestações históricas e contemporâneas. A disciplina hoje se posiciona como um campo complexo e multidisciplinar, capaz de desvendar as camadas mais profundas das interações humanas em contextos de tensão e confronto. Apesar desses progressos, o campo enfrenta desafios persistentes. Um deles é a necessidade de superar preconceitos acadêmicos que, por vezes, desconsideram o estudo de temas contemporâneos como "não arqueológicos" se não envolvem extensas escavações ou maior "antiguidade". Essa visão conservadora limita o potencial da arqueologia de abordar questões sociais e políticas urgentes do presente. Outro desafio significativo é a garantia de financiamento e recursos humanos especializados para o uso e manutenção de tecnologias avançadas, como scanners a laser 3D e simulações com inteligência artificial. O alto custo desses equipamentos e a necessidade de profissionais qualificados podem aumentar a desigualdade entre arqueologias globais e regionais, dificultando o acesso a essas ferramentas em contextos com menos recursos.

Para o futuro, é imperativo que a arqueologia do conflito continue a aprofundar seu diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais, especialmente em contextos de violência política e direitos humanos. Nesses cenários, a arqueologia pode atuar como um instrumento de justiça e memória para vítimas e suas famílias, contribuindo para a verdade e a reparação. A disciplina deve expandir-se para investigar novas formas de violência, como a violência estrutural – que se manifesta em desigualdades sociais e na privação de necessidades básicas –, crimes da era da colonização, questões migratórias contemporâneas e feminicídios. A consolidação de abordagens interdisciplinares e tecnologicamente avançadas permitirá análises mais holísticas e aprofundadas, que não apenas reconstruam o passado, mas também informem o presente e contribuam para a prevenção de futuros conflitos. A arqueologia do conflito, ao abraçar sua complexidade e responsabilidade social, tem o potencial de se tornar uma ferramenta ainda mais poderosa para a compreensão da condição humana e para a construção de sociedades mais justas e conscientes de seu próprio passado.

Referências Bibliográficas

- BUTZER, K. W. (1982). *Archaeology as Human Ecology: Method and Theory for a Contextual Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CONNERTON, P. (1989). *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CORREIA, M. A. (2023). Arqueologia e antropologia forense em contextos de violência política. *Revista de Arqueologia*, v. 6, n. 2, p. 222-242.
- COSTA, D.M. (2003). *Lavras do Abade: Estratégias de Gestão para o Patrimônio Arqueológico Histórico em Pirenópolis, Goiás*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

- COSTA, D. M. (2010). Water and War at Pyreneus Mountains: Historical Eco-Archaeology of a Gold-mine Village in the End of Nineteenth Century, Mid-Western Brazil. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Florida, Gainesville.
- COSTA, D. M. (2011). Arqueologia eco-histórica das Lavras do Abade. *Revista de Arqueologia*, v. 24, n. 2, p. 144-149.
- COSTA, D. M. (2012). Arqueologia da Mineração nas Lavras do Abade: entre propostas e práticas. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 6, n. 1, p. 85-112.
- COSTA, D. M. (2013). ECO(ARQUEO)LOGIA HISTÓRICA NAS LAVRAS DO ABADE: Patrimônio Cultural e Natural. *Amazônica – Revista de Antropologia*, v. 5, n. 1, p. 38-53.
- COSTA, D. M. (2014). Historical Archaeology of Lavras do Abade: An Environmental Conflict in Nineteenth-Century Brazil. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 18, p. 20-36.
- COSTA, D. M. (2015). Guerra e água na Serra dos Pireneus: arqueologia eco-histórica das lavras do Abade. Goiânia: Ed. da PUC Goiás.
- COSTA, D. M. (2024). The Abade Artificial Archaeological Site Project (AAASP). *Archeologia e Calcolatori*, v. 35.2, p. 137-146.
- CRUMLEY, C. L. (Ed.) (1994). *Historical Ecology: Cultural Knowledge and Changing Landscapes*. Santa Fe: School of American Research Press.
- DINCAUZE, D. F. (2000). *Environmental Archaeology: Principles and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A.; REIS, J. A. dos (Orgs.) (2008). *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na Era das Ditaduras (Décadas de 1960-1980)*. Campinas: UNICAMP / IFCH.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2008). *Arqueología de la Guerra Civil Española*. Complutum, v. 19, n. 2.
- HALBWACHS, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- LEMOES, C. M.; COSTA, D. N. B.; ZARANKIN, A. (2022). “As Flores do Mal”: Arqueologia das estruturas da violência política da ditadura, o caso do DOPS/MG. *Habitus*, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 1-22.
- LINO, J. T. (2011). Arqueologia e patrimônio da guerra: o caso do Contestado. In: *Simpósio Nacional de História*, 29., 2017, Brasília. Anais... Brasília: ANPUH, p. 1-12.
- LINO, J. T.; FUNARI, P. P. A. (2013). *Arqueologia da Guerra e do Conflito*. Erechim: Habilis.
- LINO, J. T.; SYMONDS, J. (2021). Arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916): conflito, cultura material e memória. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 15, n. 1, p. 5-25.
- LINO, J. T. (2022). Escavando em campo minado: as paisagens arqueológicas de conflitos bélicos. *Revista de Arqueologia*, v. 35, n. 3, p. 119-136.
- PORTELLI, A. (1997). *The Battle of Valle Giulia: Oral History and the Art of Dialogue*. Madison: University of Wisconsin Press.
- REDMAN, C. L. (1999). *Human Impact on Ancient Environments*. Tucson: University of Arizona Press.
- RICOEUR, P. (2004). *Memory, History, Forgetting*. Chicago: University of Chicago Press.

- SANTANA, T. M. C.; NASCIMENTO, P. M. S. (2021). Guerra da Telha: Memória, História, Arqueologia e Patrimônio. FUMDHAMentos, v. 18, n. 1, p. 121-156.
- THOMPSON, P. (2002). The Voice of the Past: Oral History. 3. ed. Oxford: Oxford University Press.
- WINTER, J. (2006). Remembering War: The Great War between Memory and History in the 20th Century. New Haven: Yale University Press.

Recebido em: 23/05/2025
Aprovado em: 04/06/2025
Publicado em: 19/12/2025